

Transparência e governança eletrônica

Prof. José Carlos Vaz
EACH-USP

1 - Evoluções da tecnologia da informação e impactos sobre os direitos da cidadania

Os recursos de governo e governança eletrônica podem auxiliar no exercício de direitos:

Direito à informação

Direito aos serviços públicos

Direito a ser ouvido pelo governo

Direito ao próprio tempo

Direito ao controle social do governo

Direito à participação nas decisões públicas

Surgimento de recursos de governança eletrônica

Recursos de governança eletrônica surgem da evolução dos portais de governo.

Papel relevante da LRF na criação de recursos de transparência.

Experiências no campo da participação caminham mais devagar (orçamento, consultas públicas etc.).

Iniciativa cabe aos governos.

Não é a pressão explícita da sociedade que faz com que surjam recursos de governança eletrônica nos sites governamentais

Pressão implícita: sociedade e opinião pública cobrando mais transparência e controle social.

Luta anti-corrupção tem muito mais peso que as lutas por direitos.

Acesso ao direito à informação e à participação mediados pelos governos, que oferecem recursos, porém controlam seu uso e sua abrangência.

Até onde foi possível chegar, na promoção de direitos?

- Direito à informação:
 - Há muito mais acesso a informação de interesse geral do que informação personalizada ou de interesse particular.
 - Falta de critérios e procedimentos para seleção de informação;
 - Falta de política de informação pública dos governos;
 - Não são utilizados recursos de personalização do fornecimento de informação geral e de navegação;
 - Divulgação de padrões de prestação de serviços;
 - Falta de integração de bases de dados e sistemas de informação governamentais limita oferta de informação.

- Direito a ser ouvido pelo governo:
 - Serviços mais frequentes:
 - Ouvidorias
 - Serviços do tipo “Fale conosco” ou “Fale com o governador”
 - Serviços de atendimento ao cidadão
 - Cidadãos com expectativas crescentes.
 - Baixa resolutividade dos serviços.
 - Compromisso com atendimento ao cidadão *versus* marketing do governo.
 - Baixo uso de tecnologias interativas.

- Direito ao controle social do governo:
 - Publicação de informações sobre ações de governo com conteúdo predominantemente publicitário;
 - Relatórios financeiros publicados sem preocupação de facilitar compreensão;
 - Portais utilizados como “diário oficial eletrônico”;
 - Inexistem recursos de análise e de avaliação dos atos dos governos, ou mesmo sistemas de informações para conselheiros de políticas públicas;
 - Poucos dados governamentais abertos disponíveis;
 - Poucos recursos permitem registro de demandas, controle de ordem de atendimento e acompanhamento da execução dos serviços;
 - Baixo uso da tecnologia: reduzida integração com bases de dados, não são utilizados recursos de personalização.

- Direito à participação cidadã nas decisões públicas:
 - Raras iniciativas permitem algum tipo de intervenção dos cidadãos nas decisões;
 - Baixo nível de interatividade;
 - Processos pontuais de participação;
 - O uso da internet pelos governos altera relações de poder?

Transparência

Como publicidade:

- Informação pública deve estar disponível para a sociedade, como norma legal

Como prestação de contas:

- Governos devem prestar contas de suas ações fornecendo informações sobre elas

Como abertura (openness):

- Papel do governo é facilitar, estimular e proporcionar o acesso e uso da informação pública pela sociedade

Do sigilo à abertura

Ontem: sigilo inerente aos governos e estados

Hoje: sigilo é exceção, transparência é a norma

Por quê?

Conscientização da sociedade:

- Maior demanda por democracia e transparência
- Luta anticorrupção

Novos padrões de dominação

- Descentralização e redemocratização com fim da guerra fria
- Dominação neoliberal
 - Governança: governos precisam dialogar com atores privados cujos interesses são legitimados nas políticas públicas
 - Participação do setor privado nas PPs

2 - Novos desafios tecnológicos

Explosão da mobilidade

Smartphones e Tablets

Telefonia móvel crescente como meio de acesso à internet

Os tablets permitem uma relação diferente com a internet e com os computadores:

- Facilidade de uso da tecnologia;
- Interfaces extremamente amigáveis;
- Mobilidade elevadíssima;
- Alta disponibilidade de rede.

Computação em nuvem

Armazenamento e processamento remoto de informações;

Liberação de recursos dos dispositivos: concentração na interface e na conectividade;

Capacidade “ilimitada” de processamento e armazenagem;

Redução das restrições de acesso a bases de dados.

Mudanças nos dispositivos e no uso dos “computadores”:

Novos padrões de interação;

Alta disponibilidade de rede muda práticas de trabalho e práticas comunicacionais:

- Circulação de informação;
- Geração de conhecimento a partir da informação disponível;
- Fortalecimento do trabalho em rede.

A explosão da interatividade

a) Explosão da mobilidade e da conectividade abre espaço para interação:

Demanda por comunicação entre indivíduos cria novas ferramentas interativas (rede sociais);

Novos dispositivos alimentam este processo;

Redes sociais vivem momento de explosão – quais serão os próximos passos?

b) Alto grau de integração de aplicações

Movimento começa com as redes sociais
(ferramentas de integração entre e-mail; blogs;
microblogs; comunidades virtuais);

Descentralização do desenvolvimento de aplicações:

- Padrões abertos e/ou públicos;
- Estímulo a desenvolvimento de aplicações integradoras, como estratégia para fortalecer alguns produtos.

c) Novas estruturas mentais, novos padrões de uso

Padrões de uso de dispositivos cada vez mais baseados na interação constante;

Uso predominante dos dispositivos é a comunicação, não o processamento;

Demanda por informação com alto grau de integração;

Demanda por acesso a dados para desenvolvimento descentralizado de aplicações.

3 – Novos atores sociais na governança eletrônica

Emergência dos ativistas digitais

Iniciativas e grupos atuando politicamente A
PARTIR de plataformas digitais:

Não se trata de grupos pré-existentes que se
apropriam de ferramentas digitais: os grupos
articulam-se em torno delas;

Em muitos casos, atraem indivíduos sem histórico de
militância política;

Pouca integração com demandas e movimentos
sociais “tradicionais”.

Qual é a agenda destes novos grupos?

Fortemente marcada pelo combate à corrupção e pela ideia de oposição entre Estado e sociedade;

Transparência de ações dos agentes públicos no campo da prestação de serviços;

Luta pela abertura do máximo possível de dados públicos;

Promoção da participação on line, privilegiando a ação individual, e não de atores organizados da sociedade civil.

4 - Governança eletrônica de duas mãos: iniciativas governamentais, iniciativas da sociedade civil e iniciativas mistas

A segunda geração da governança eletrônica

Primeira geração:

Iniciativas governamentais, interação e decisões de oferta de informação mantidas sob controle do Estado;

Modo broadcasting;

Dados não legíveis por máquina, portanto não passíveis de processamento;

Formatos proprietários.

Segunda geração: governança eletrônica de duas mãos

A emergência dos Dados Governamentais Abertos e Big Data

O uso de dados governamentais abertos permite:

- Disponibilização de informações sobre as ações e serviços públicos, em nível máximo de detalhe;

- Cruzamento de bases de dados governamentais de setores distintos entre si (ex. Saúde e Educação);

- Desenvolvimento de novas aplicações pela sociedade, permitindo ampliar as possibilidades de controle social das ações dos agentes públicos;

- Coleta e processamento de grandes volumes de dados gerados pelos cidadãos;

- Estabelecimento de parcerias entre Estado e grupos da sociedade, para desenvolvimento de novas aplicações.

Governança eletrônica de duas mãos

DGA e ferramentas de interatividade, isoladamente ou combinadas, permitem que grupos da sociedade:

- Produzam informação nova para controle social dos governos;

- Identifiquem padrões de comportamento de agentes públicos (compras, atendimento ao cidadão etc.);

- Coletem informação sobre a ação dos governos;

- Circulem informação de controle social;

- Mobilizem pessoas e grupos para ativismo e participação.

Ou seja, o modo broadcasting é superado pela descentralização da produção de conteúdo:

Quebra do paradigma de que o governo é quem diz quais informações devem estar disponíveis ou devem circular, e em qual formato;

Abre-se espaço para desenvolvimento de novas aplicações, em pontos não vislumbrados pelos agentes públicos, tanto para controle social, quanto para participação.

Para onde vamos?

Quem pode ser capaz de explorar ao máximo os grandes volumes de dados?

Até que ponto as plataformas interativas na Internet serão capazes de influenciar os processos participativos e de controle social dos governos? Os algoritmos serão neutros?